

- Cada um dos itens da prova objetiva está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, na **Folha de Respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas respostas.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “**Espaço livre**” — que constarem deste caderno de prova poderão ser utilizados para rascunho.
- Os itens desta prova devem ser resolvidos exclusivamente à luz das apostilas do 4.º Módulo do Curso de Preparação, deixando-se de parte quaisquer divergências entre estas e outras fontes.

## -- 4.ª PROVA OBJETIVA --

### RECEITAS NÃO TRIBUTÁRIAS

A respeito das receitas públicas, julgue os itens a seguir.

- 1 A compensação financeira a ser paga a determinado Estado em decorrência da utilização de rio ali situado, para fins de geração de energia elétrica, é exemplo de receita originária patrimonial não tributária.
- 2 Os recursos financeiros recebidos por determinado município, por meio do Fundo de Participação dos Municípios, e destinados a atender despesas correntes são classificados como receita de capital.
- 3 O superávit do orçamento corrente é exemplo de receita de capital.
- 4 Os *royalties* a serem pagos aos entes federados em razão da exploração de petróleo no respectivo território são exemplo de receita pública tributária.

Com relação às compensações financeiras pagas em decorrência da utilização de recursos naturais, julgue os próximos itens.

- 5 As jazidas de gás natural são patrimônio dos estados nos quais estão situadas, razão pela qual a tais entes federados deverão ser pagos valores — *royalties* — a título de compensação financeira.
- 6 Constitui fato gerador da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM) a transformação industrial ou aquisição do produto mineral, bem como o seu consumo pelo minerador.
- 7 Os *royalties* incidem sobre a produção mensal do campo de petróleo que foi concedido à exploração.
- 8 Os recursos oriundos dos *royalties* podem ser destinados para as áreas da saúde, da educação, da segurança e até mesmo para o pagamento do quadro permanente de pessoal dos entes federados.
- 9 Os recursos da Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos (CFURH) recolhida aos estados podem ser destinados para o pagamento de dívidas para com a União.

No que concerne às receitas públicas não tributárias, julgue os itens seguintes.

- 10 Os laudêmios são exemplos de receita pública não tributária agropecuária.
- 11 Não compõem o rol de receitas públicas não tributárias os valores obtidos pelos entes federados como contraprestação pela realização de um serviço público de transporte, porque isso envolve a cobrança de taxas.
- 12 O imposto de renda e o imposto sobre produtos industrializados são os impostos federais que compõem o Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal.

### ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NO SETOR PÚBLICO

No que se refere a políticas públicas, ao orçamento federal e às funções econômicas do Estado, julgue os itens a seguir.

- 13 A obra pública da transposição do Rio São Francisco é um exemplo da utilização da função alocativa.
- 14 De acordo com a Constituição Federal de 1988, o orçamento público abrange a execução de três leis — o plano plurianual (PPA), a lei de diretrizes orçamentárias (LDO) e a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) —, as quais, em conjunto, formalizam o planejamento e a execução das políticas públicas.
- 15 O Plano Real, adotado na década de 90 do século XX para controlar a hiperinflação, é um exemplo da utilização da função estabilizadora.
- 16 As políticas de transferência de renda em favor de populações mais carentes, como o programa Bolsa Família e o Auxílio Emergencial pago durante a pandemia de covid-19, são exemplos da realização da função distributiva.

Com relação à dívida pública e ao endividamento público, ao financiamento do gasto público, às disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e à transferência de recursos, julgue os itens seguintes.

- 17 As transferências obrigatórias e constitucionais, como o Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE) e o Fundo de Participação dos Municípios (FPM), são de livre aplicação para o governo que as recebe.
- 18 A dívida pública consolidada ou fundada é representada unicamente pelos títulos emitidos pela União, incluídos os do Banco Central do Brasil.
- 19 A dívida flutuante compreende os seguintes compromissos exigíveis, cujo pagamento independe de autorização orçamentária: os restos a pagar, excluídos os serviços da dívida; os serviços da dívida; os depósitos, incluídas as consignações em folha; e o papel-moeda ou moeda fiduciária.
- 20 Integram a dívida pública consolidada ou fundada as operações de crédito cujas receitas constem do orçamento, ainda que tenham prazo inferior a doze meses.
- 21 A receita corrente líquida corresponde ao somatório bruto das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas também correntes, deduzidos, conforme determinações legais ou constitucionais, os valores transferidos aos entes federados.
- 22 A despesa total com pessoal dos estados, em cada período de apuração, não poderá exceder a 60% da receita corrente líquida.
- 23 O não recebimento de transferências voluntárias, excetuando-se aquelas relativas a ações de educação, saúde e assistência social, é penalidade a que está sujeito o órgão ou o poder que, tendo excedido o limite de gasto com pessoal, não reduza o percentual excedente do limite de despesa com pessoal no prazo estabelecido na LRF.

Quanto à lei orçamentária anual (LOA), ao plano plurianual (PPA) e à lei de diretrizes orçamentárias (LDO), julgue os próximos itens.

- 24** A LOA é o instrumento de planejamento governamental em que consta a fixação das despesas da administração pública em equilíbrio com a arrecadação das receitas previstas.
- 25** Os investimentos públicos cuja duração ou execução ultrapasse um exercício somente poderão ser iniciados com sua prévia inclusão no PPA.
- 26** A LDO materializa a realização das políticas públicas adotadas pelo governo.
- 27** O PPA deve conter o anexo de metas fiscais.
- 28** A LDO conterà a avaliação da situação financeira e atuarial do regime geral de previdência social e do regime próprio dos servidores públicos.

Considerando os instrumentos de transparência da gestão fiscal criados pela LRF, julgue os itens que se seguem.

- 29** O relatório de gestão fiscal (RGF), um dos instrumentos de transparência da gestão fiscal criados pela LRF, deve ser divulgado pelos estados e pela União bimestralmente.
- 30** O relatório resumido da execução orçamentária (RREO) é o instrumento que demonstra se o ente federado está cumprindo os limites com gastos com pessoal, endividamento e concessão de garantias impostos pela LRF.

Julgue o próximo item, referente à programação orçamentária e financeira.

- 31** A finalidade básica do decreto de programação orçamentária e financeira e de limitação de empenho e movimentação financeira é acompanhar a execução orçamentária de forma a garantir que a parcela do PPA prevista para o exercício em curso seja efetivamente realizada.

Acerca dos objetivos da administração financeira e orçamentária no setor público e das normas que a regem, julgue os itens a seguir.

- 32** A administração financeira e orçamentária no setor público busca, entre outros objetivos, desenvolver as normas das finanças públicas relacionadas à gestão monetária dos recursos no país, de modo a assegurar uma ótima relação entre as receitas públicas e a emissão da moeda, evitando-se o aumento da inflação.
- 33** Cabe ao Poder Executivo a elaboração do PPA, o qual deverá estabelecer as diretrizes, metas e prioridades para elaboração do projeto de lei de diretrizes orçamentárias, de iniciativa do Poder Legislativo, conforme determina a Constituição Federal de 1988.
- 34** A prevenção de riscos fiscais que afetem o equilíbrio das contas públicas é um dos objetivos da administração financeira e orçamentária no setor público.
- 35** De acordo com a Constituição Federal de 1988, compete à União, aos estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre direito tributário, direito financeiro e orçamento.

No que se refere à dívida pública e ao endividamento público, julgue os itens a seguir, de acordo com a LRF.

- 36** Os limites do endividamento do setor público são definidos com base na receita corrente bruta.
- 37** Ao final de cada exercício financeiro, o refinanciamento do principal da dívida mobiliária não será superior ao montante apurado no final do exercício anterior, somado ao das operações de crédito autorizadas no orçamento para este efeito e efetivamente realizadas, acrescido de atualização monetária.
- 38** A dívida pública mobiliária refere-se ao montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente da Federação assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito, para amortização em prazo superior a doze meses.

Em relação aos limites de gastos com pessoal na administração pública, julgue os itens subsecutivos.

- 39** O relatório de gestão fiscal tem por objetivo o controle, o monitoramento e a publicidade do cumprimento dos limites das despesas com pessoal, da dívida consolidada líquida, da concessão de garantias e da contratação de operações de crédito.
- 40** Os tribunais de contas no Brasil possuem participação relevante no alerta dos entes e poderes que alcancem 90% do limite de gasto com pessoal.

Julgue os itens a seguir, referentes à transferência de recursos entre os entes da Federação.

- 41** As transferências constitucionais são obrigatórias, devendo os entes da Federação transferir os recursos nos montantes previamente determinados.
- 42** O contrato de repasse é o instrumento administrativo utilizado para realizar a transferência de recursos financeiros a instituição ou agente financeiro público federal que atua como mandatário da União.
- 43** Devem ser formalizadas exclusivamente por meio de convênios as transferências voluntárias de recursos financeiros realizadas pela administração pública para organizações da sociedade civil com o objetivo de atender a finalidades de interesse público.

No que diz respeito ao PPA, à LDO e à LOA, julgue os itens que se seguem.

- 44** Na esfera federal, a LOA compreenderá o orçamento fiscal, o orçamento de seguridade social e o orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto.
- 45** No caso da União, a LDO compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal e será acompanhada de anexo de metas fiscais com as estimativas dos passivos contingentes e com os objetivos das políticas monetária, creditícia e cambial, considerada a projeção da inflação.
- 46** O PPA estabelece diretrizes, objetivos e metas para os quatro anos seguintes, e seus anexos detalham cada um dos programas a serem desenvolvidos, com informações acerca dos objetivos, das metas e das despesas, além de outras descrições que auxiliem a elaboração da LDO e da LOA nos exercícios a que elas se referem.

A respeito dos relatórios da administração financeira e orçamentária do setor público, julgue os itens a seguir.

- 47 O relatório resumido da execução orçamentária, publicado pelo Poder Executivo em até trinta dias após o encerramento de cada bimestre, deverá incluir o balanço orçamentário e o demonstrativo da execução das receitas, por categoria econômica e fonte.
  - 48 O relatório de gestão fiscal, previsto na Constituição Federal de 1988, inclui demonstrativos de cumprimento dos limites de endividamento do setor público com pessoal e informações sobre a dívida consolidada líquida.
  - 49 O relatório resumido da execução orçamentária deverá ser acompanhado da apuração da receita bruta calculada bimestralmente e da respectiva projeção para o exercício financeiro corrente.
  - 50 O relatório resumido da execução orçamentária será acompanhado de demonstrativo com as projeções atuariais dos regimes de previdência social, geral e próprio dos servidores públicos.
- 

**Espaço livre**

---